

**FACULDADE DOCTUM DE PEDAGOGIA DA SERRA**

**ALEIDE LAURA SOUZA DA ROCHA  
GERLANE DOS SANTOS AMARAL  
LARISSA LACERDA FERRAZ**

**EDUCADOR SOCIAL: UM ESCAPE POSSÍVEL?**

**SERRA  
2015**

**ALEIDE LAURA SOUZA DA ROCHA**  
**GERLANE DOS SANTOS AMARAL**  
**LARISSA LACERDA FERR**

**EDUCADOR SOCIAL: UM ESCAPE POSSÍVEL?**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Faculdade Doctum de Pedagogia da Serra como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador (a): Professor (a) Dra. Ana Cristina Machado de Oliveira

**SERRA**  
**2015**

**ALEIDE LAURA SOUZA DA ROCHA  
GERLANE DOS SANTOS AMARAL  
LARISSA LACERDA FERRAZ**

**EDUCADOR SOCIAL: UM ESCAPE POSSÍVEL?**

Monografia apresentada à Faculdade Doctum de Pedagogia da Serra como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.  
Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, pela banca composta pelos professores:

---

NOME DO ORIENTADOR

---

NOME DO EXAMINADOR

## **DEDICATÓRIA**

Dedicamos este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em nossas vidas, e por ter nos dado força, saúde e determinação por mais um degrau de conquistas alcançadas

## **AGRADECIMENTO**

Agradecemos unicamente a Deus pelo dom da vida, que por meio dela nos presenteou com lindas famílias e aos meus amigos, que diante de tantos obstáculos por nós vividos, não permitiram que desistíssemos e, sempre estenderam a mão nos auxiliando nas angústias, dúvidas e cansaços que tivemos nessa árdua trajetória. Chegamos ao final desta jornada e vocês continuam ao nosso lado, é por isso que o nosso amor cresce a cada dia, pois o estímulo e a compreensão recebidos são a alma desta conquista.

Toda honra e glória seja dada a Deus o meu Senhor.

“As circunstâncias fazem os  
homens assim como os  
homens fazem as circunstâncias”.

# SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>9</b>  |
| <b>1. ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAL DA FAMÍLIA .....</b>            | <b>12</b> |
| A Perda da Identidade Familiar .....                               | 14        |
| O Impacto das Mudanças Sociais na Vida das Famílias .....          | 18        |
| <b>2. O SURGIMENTO DE EDUCADOR SOCIAL.....</b>                     | <b>22</b> |
| Trabalho social com as famílias das crianças em risco social ..... | 24        |
| Os projetos sociais .....  | 27        |
| Os desafios do educador social nos dias atuais .....               | 33        |
| Os desafios do educador social nos dias atuais .....               | 37        |
| <b>3 PESQUISA DE CAMPO: EDUCADOR SOCIAL .....</b>                  | <b>40</b> |
| Caracterização da área de estudos .....                            | 40        |
| Metodologia .....  | 42        |
| Procedimentos para a coleta de dados.....                          | 43        |
| Resultados obtidos .....   | 43        |
| Análise dos dados .....  | 45        |
| Descrição das respostas .....                                      | 45        |
| Desafios nas salas de atividades.....                              | 45        |
| Contribuição de mediação e conteúdos.....                          | 45        |
| Participação da família com o projeto social.....                  | 46        |
| Forma de trabalhar os métodos.....                                 | 46        |
| <b>4. CONSIDERAÇÕES .....</b>                                      | <b>47</b> |
| <b>5. REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>49</b> |

## RESUMO

O presente trabalho aborda sobre a importância da profissão do Educador Social, em um cenário de risco social. Dessa forma, ao sabermos que o ambiente em que vivem as crianças e os adolescentes em risco social, não é apropriável para a formação do cidadão, por ser repleto de criminalidade e violência, neste contexto, questionamos: **O educador social pode ser visto como porta de escape para a situação apontada?** Com certeza, pois são nos projetos sociais, aos cuidados e orientações dos educadores sociais, que as crianças conhecem o verdadeiro valor de um ser humano, estes profissionais despertam o desejo na criança de crescer o intelecto, de ser uma pessoa melhor, um cidadão de caráter e merecedor de seus direitos, por meio de sua metodologia considerada muito eficaz, que é o saber ouvi-las, entendê-las, e acima de tudo, respeitá-las em seu tempo/espço e fazerem com que estes meninos e meninas não se percam emergidos na marginalidade. Entretanto, a presença deste profissional no mercado de trabalho se faz necessária, pois talvez muitas de nossas crianças não teriam nenhuma chance na vida, porque grande parte delas são de famílias desestruturadas e os projetos sociais, junto com os educadores sociais, possibilitam uma entrada para porta de escape onde encontraram apoios e orientações, para suprirem um pouco da dificuldade que vivenciam lá fora, e se tornarem protagonistas de sua própria história.

**Palavras chaves:** Educador social, projeto social, criança em vulnerabilidade social.

## INTRODUÇÃO

O tema “Educador social: um escape possível” traz uma grande relevância, pois se trata do Educador Social, um profissional que exerce seu trabalho abrindo portas de escape. Uma chance para muitas crianças em vulnerabilidade social, tendo como escudo sua determinação e coragem para estar resgatando várias vidas que estão em risco social.

O educador social tem como papel principal sua criatividade orientando as crianças dos perigos encontrados nas ruas, para que se conscientizem de como é a vida em sociedade, com o intuito de trazer novamente essas crianças, e até mesmo os adolescentes, de volta à vida social.

Segundo Salvador:

Nossa tarefa é ser mediador, fazer suscitar o desejo no menino, ele volta a ter sonhos, vontades, nosso fazer é educar, fazê-lo voltar para vida em sociedade e contribuir de alguma forma para sua inclusão, apesar de respeitarmos o tempo dele, sabemos que o lugar de criança não é nas ruas, não podemos nos acomodar com isso (SALVADOR, p. 30.2006).

O autor aponta que o trabalho do educador social não é fácil, mas é preciso, porque muitas de nossas crianças e jovens têm abandonado a escola e emergindo na criminalidade, onde, na maioria das vezes, é o encontro fatal com a morte.

O educador social tem que se conscientizar que ele sozinho poderá não ter êxito, em seu trabalho, portanto, deve ser realizado em parceria com a família que é ponto crucial para o desenvolvimento físico e integral de crianças e adolescentes.

Para que o trabalho do educador social tenha frutos, além da parceria com a família, ele precisa ter um diferencial dos demais, que é saber ouvir e entender as reclamações, ansiedades e frustrações, escutando crianças e adolescentes em vulnerabilidade social; entendendo seus problemas para que através da metodologia de diálogos e indagações recíprocas, contribua com a garantia de mediação para alcançar a interação deles, como ressalta POA:

[...] É importante aprender a escutar os guris e gurias e a devolver essa escuta problematizada em forma de questões, ajudando o educando a situar-se no mundo estabelecendo com ele uma caminhada, e nessa caminhada vai se produzindo mudanças, ampliando o conhecimento [...]

(POA. 2003.p. 19).

É necessário que as práticas usadas pelos educadores sociais visem mudanças na vida dessas crianças e adolescentes. Mudanças essas que os devolva a dignidade e o respeito. Trata-se de um problema social, onde envolve de modo geral, toda a sociedade. Quando uma criança se perde, ou se torna um cidadão de perfil negativo para o mundo, o trabalho do educador social é importante porque busca tirar essas crianças da zona de risco dando a elas outras ocupações que irão despertá-las para a vida. Cabe ao educador social analisar o cotidiano das crianças e distinguir qual o melhor caminho a percorrer para trabalhar com elas, atingindo significativamente seu modo de viver. Sabendo que o seu papel é facilitar o desenvolvimento intelectual e moral de seus educandos, é responsabilidade desse profissional elaborar projetos para direcioná-los a uma nova perspectiva de vida.

Acreditamos que o educador social é visto como aquele profissional que carrega uma grande responsabilidade, porque ele trabalha diretamente com as crianças que sofrem algum tipo de risco social, trazendo junto toda a comunidade local. Portanto, o trabalho desse profissional torna-se um desafio por trabalhar com as crianças e famílias que também são envolvidas tornando, muitas vezes, seu trabalho arriscado e perigoso.

Diante destas questões questiona-se: **O educador social pode ser visto como porta de escape? Será que o trabalho do educador social tem contribuído para resgatar ou influenciar positivamente a vida das crianças que estão em risco social?**

Essas indagações são extremamente importantes para a realização dessa pesquisa, pois é por meio delas que encontraremos respostas de diferentes autores que falam sobre essas questões.

Para responder estas questões elaboramos como **objetivo geral**, mostrar a importância do trabalho do educador social e suas atribuições nos cenários de risco social. E como objetivos específicos:

- Analisar a importância da família para o desenvolvimento infantil.
- Compreender a importância do educador social no processo de crianças e adolescentes em risco social.
- Descrever o trabalho do educador social e sua contribuição quanto àqueles em vulnerabilidade social.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo abordaremos sobre um breve histórico que narra as mudanças que aconteceram na sociedade e que distorceram o conceito de família; falaremos sobre o conceito de família e como as transformações sociais a têm influenciado. No segundo capítulo, iremos falar sobre o educador social, quando surgiu essa profissão e porque houve a necessidade de inserir este profissional na sociedade. No terceiro capítulo, falaremos sobre o trabalho do educador social, suas contribuições para a sociedade, porque eles precisam trabalhar com as crianças e os adolescentes que estão em risco social de forma transformadora; pois o trabalho do educador social precisa alcançá-los de forma plena, proporcionando a eles mudanças de vida.

Assim, nosso trabalho pretende mostrar o educador social frente a comunidades onde estão inseridos; dissertaremos sobre o relacionamento deles com as crianças e os adolescentes, e sua importância na vida deles; mencionaremos ainda sobre seus desafios e suas frustrações, suas conquistas mediante a realização de seus trabalhos.

## 1. ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAL DA FAMÍLIA

Acreditamos que a família é a base fundamental do desenvolvimento global da criança. Segundo Oliveira, a “concepção de família que historicamente foi sendo construída é fruto da trajetória de sua existência na sociedade [...] (OLIVEIRA, p. 25, 2009)”, pois, sabendo que a família foi construída com o passar do tempo, acreditamos que ela precisa ser mencionada nesta pesquisa, uma vez que as transformações que ocorreram nela foram fatores decisivos para a elaboração desta pesquisa.

Percebemos que foi devido às transformações que ocorreram na sociedade com o passar do tempo, que a família acabou perdendo o seu valor moral, o que contribui para o descaso e abandono familiar, levando as crianças e os adolescentes a viverem em situação de risco, fator que contribui para o surgimento de uma nova profissão na sociedade. E, para compreendermos melhor essa nova profissão, é necessário entender o que aconteceu com a família no decorrer dos tempos, ponto de análise deste primeiro capítulo.

De acordo com Aranha: “a família é uma instituição social e historicamente situada, sujeita a mudança de acordo com as diferentes relações estabelecidas entre os homens (1990, p.58)”, onde é constituída de acordo com o código moral de cada época, mudado de acordo com a necessidade da sociedade.

Na Grécia e Roma antigas as famílias eram bem grandes e eram governadas pelo chefe, ou seja, pelo homem que tinha a responsabilidade de presidir todas as cerimônias. Segundo Aranha, a mulher era porte de seus bens, ela tinha que se anular para viver para o marido e seus filhos, pois: “Ao casar, as filhas abandonavam sua própria família de origem, e, portanto seus deuses, para adotar a família e os deuses de seu marido”, (1990, p.58), constituindo assim, sua família. As crianças eram invisíveis, pois não eram notadas nessa sociedade.

Na idade média a família ainda era grande, mas elas não se preocupavam com o conceito de criança, a criança era inserida no mundo dos adultos, e o pai era também o dominante da família (ARANHA, 1990).

Aranha afirma nossa fala quando menciona que:

Logo que a criança se livra da atenção da mãe ou da ama, mistura-se com os adultos: veste-se da mesma forma (não havia traje especial

para elas), participava dos mesmos jogos, freqüentava as mesmas festas (geralmente religiosas); não há preocupação em excluí-las das conversas dos adultos, e estes não se abstêm de qualquer referencia a assuntos sexuais na presença delas. Há certa promiscuidade, sendo comum dormirem na mesma cama com os pais ou com os criados que delas cuidam ( ARANHA, 1990, p.58).

De acordo com a citação acima, é possível dizer que na Idade Média, a criança era um adulto mirim, e que não existia nenhum cuidado com elas. Havia entre os adultos até certa orgia, pois faziam tudo na frente delas falando sobre sexo e de assuntos semelhantes. Essa indiferença em relação às crianças era visível, e isso acontecia até nas escolas onde os documentos medievais não mencionavam a idade da criança porque não importava para aquela ocasião e elas estudavam junto com os adultos que frequentavam a escola naquela época (ARANHA, 1990).

Ariés tem a mesma interpretação de Aranha, quando em sua pesquisa, sobre o conceito de infância. O autor afirma que no século XII não existia o conceito de criança, a família e sociedade as ignoravam. Ariés comenta em sua pesquisa, que por volta do século XIII as famílias que antes eram representadas apenas pelo pai, começam a inserir a criança no seu seio. Segundo o autor, a criança começa a ser retratada em pinturas e artes daquele século onde:

[...] O anjo de Reims, por exemplo, seria um menino já grande, mais do que uma criança, mas os artistas sublinhariam com afetação os traços redondos e graciosos - e um tanto efeminados dos meninos mal saídos da infância. Já estamos longe dos adultos em escala reduzida da miniatura otomaniana [...], (ARIE, 2006,p.40).

No século XIV, a família tem um novo olhar em relação ao conceito de família. Agora, a criança tem um lugar especial na sociedade. Neste contexto, Aranha afirma que: “A partir do século XIV desenvolve-se o tema de infância sagrada e multiplicam-se as representações de Jesus menino e da Virgem Maria [...], (ARANHA, 1990, p. 59)”.

Já no século XV ao XVIII, surge à família Burguesa. Unida pelo ato matrimonial, o homem ainda é o chefe da família, e a criança começa a ser vista como um ser humano. Aranha explica que,

Do século XV ao XVIII desenvolve-se, além do sentimento de infância, um novo sentido de família. As amplas relações das antigas de sociabilidade vão se restringindo ao núcleo da família conjugal. A alteração decorrer da Ascensão da burguesia cujos novos padrões econômicos se refletem no comportamento dos indivíduos [...], (ARANHA, 1990, p. 59).

Neste período, as crianças passam a ter um sentido singular, e a sociedade direciona o seu olhar para elas, surgindo um novo conceito de criança e de família. Outrora a família era governada pelo homem e a mulher era apenas parte dos seus pertences, na burguesia a família tem um novo sentido, surge uma família acolhedora, onde a criança passa a ser vista em sua singularidade, passa a ter uma preocupação com essa criança e permanece até nos dias atuais esse novo sentido de infância (ARANHA, 1990).

Arie ressalta que:

[...]. Não era ainda a representação da criança sozinha. A cena de gênero se desenvolveu nessa época através da transformação de uma iconografia alegórica convencional, inspirada na concepção antigo-medieval da natureza: idades da vida, estações, sentidos, elementos. As cenas de gênero e as pinturas anedóticas começaram a substituir as representações estáticas de personagens simbólicas. Voltaremos com mais vagar a essa evolução. Salientemos aqui apenas o fato de que a criança se tornou uma das personagens mais freqüentes dessas pinturas anedóticas: a criança com sua família; a criança com seus companheiros de jogos, muitas vezes adultos; a criança na multidão, mas "ressaltada" no colo de sua mãe ou segura pela mão, ou brincando, ou ainda urinando; a criança no meio do povo assistindo aos milagres ou aos martírios, ouvindo prédicas, acompanhando os ritos litúrgicos, as apresentações ou as circuncisões; a criança aprendiz de um ourives, de um pintor etc.; ou a criança na escola, um tema freqüente e antigo, que remontava ao século XIV e que não mais deixaria de inspirar as cenas de gênero até o século XIX, (ARIE, 2006, p. 43, 2006).

A partir deste ponto, notamos o surgimento de uma nova família. Nota-se que houve mudanças importantes para as crianças. Como o movimento centralizador da família tende a estreitar os laços afetivos, as crianças passam a ter um lugar na família, são vistas como cidadão de direitos, passam a se preocupar com a educação e a saúde delas, e a sociedade se volta para atender a necessidade dessa nova criança (ARANHA, 1990). E quando a sociedade percebe essa criança que antes passava despercebida pela sociedade, de acordo com a ideia da outra, começa surgir neste momento um novo olhar para as crianças.

### **1.1 A perda da identidade familiar**

Com as mudanças sociais as famílias passam a serem constituídas por laços de afetos, sentimentos. Sabe-se que antes não eram assim, e com o passar do tempo elas adquiriram como princípio: o amor, o respeito e a dignidade, mas como as transformações acontecem de acordo com a sociedade, surge, então, a necessidade da mulher entrar no mercado de trabalho, devido a diversos fatores modernos.

As mães deixam o conforto de suas casas e passam a trabalhar fora buscando melhorar as condições de vida de suas famílias, Piana afirma que:

Assim o século XX vive transformações globais desenfreadas que alteram a vida de bilhões de pessoas no mundo. As transformações no mundo do trabalho determinaram novos padrões de organização e gestão da indústria, novos tipos de relações e contratos de trabalho e comercialização, altos índices de investimentos em avanços tecnológicos e de automação (PIANA, p.26, 2009).

Falcão reforça essa ideia quando afirma que:

Isso começou a acontecer de fato com a I e II Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente), quando os homens iam para as frentes de batalha e as mulheres passavam a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho. Mas a guerra acabou. E com ela a vida de muitos homens que lutaram pelo país. Alguns dos que sobreviveram ao conflito foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho. Foi nesse momento que as mulheres sentiram-se na obrigação de deixar a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos.

E esse acontecimento mudou radicalmente o conceito de família, surgindo um novo problema para a sociedade: com as mulheres no mercado de trabalho, as crianças e adolescentes passaram a ficar a mercê de sua sorte, passando a ser cuidados por terceiros ou familiares e, com isso, várias crianças ficaram em zona de risco ficando conhecidas, hoje, como crianças de risco social, e esse fator contribuiu para o surgimento da profissão dos educadores sociais.

“O aumento significativo do número de mulheres ditas “ativas” a partir da década de 1960 parece confirmar essa hipótese.” Enquanto em 1962 o censo apontava a existência de 6.585.000 trabalhadoras (27,5% do total da população ativa), em 1976 já se contavam 8,5 milhões (ou seja, 38,4%). Esse aumento de 11% de trabalhadoras em menos de quinze anos merece reflexão. Pois, se em 1906 39% das mulheres já integravam o mercado de trabalho, seus estatutos, funções e motivações eram muito diferentes do que são hoje (BADINTER, p.338, 1985).

Como se sabe, elas foram trabalhar em diversas áreas de trabalho, passando a ocupar áreas que antes eram pertencentes apenas aos homens, e agora elas são inseridas no mundo do trabalho. Muitas crianças foram forçadas a entrar nesse mundo por causa das condições financeiras da família, outras por causa dos movimentos feministas que estavam acontecendo naquela época e exigia uma mudança brusca na vida das mulheres. Badinter coloca que:

Cerca de 40% trabalhavam na agricultura, 30% na indústria (como mão-de-obra) e o restante no setor terciário. Em 1976, as proporções por setores estão invertidas. As mulheres já não representam mais do que 22,9% dos trabalhadores industriais, e mesmo que em sua maioria elas permaneçam operárias não qualificadas e serventes (53%), 40% das assalariadas da indústria trabalham em escritórios ou desempenham funções administrativas de nível médio (BADINTER, p.339, 1985)

Várias dessas mulheres enfrentam o mercado de trabalho abandonando sua casa e seus filhos pela necessidade de ter um segundo salário, muitas acreditavam que suas ausências em seus lares eram compensadas pelo salário que eram trazidos para dentro de casa.

[...]Se, a esse pequeno benefício, acrescentamos o cansaço da dupla jornada de trabalho, o desgaste nos meios de transporte etc, pode nos surpreender, como de fato surpreende muitas pessoas, que as mulheres escolham essa solução. Por fim, se é verdade que muitas delas, notadamente as não qualificadas, operárias do setor secundário, não têm escolha, visto que o segundo salário constitui uma necessidade vital para a sua família, a progressão da qualificação feminina no setor terciário indica uma tendência bem diversa. [...] (BADINTER, p. 340, 1985).

A mulher agora passa a ter dupla jornada, ela precisa ir para o mercado de trabalho para proporcionar uma melhor condição de vida para a suas famílias, mas além de trabalhar fora, ela precisa continuar assumindo o seu papel principal que é de dona de casa, ou seja, ela multiplica suas responsabilidades, porque agora ela terá que trabalhar fora e dar conta de sua família.

De acordo com Badinter:

A conclusão obrigatória é que, há uma quinzena de anos, um número crescente de mulheres que dispõem de meios para permanecer no lar e mimar os filhos à vontade prefere delegar a outros essas tarefas e passar fora de casa a maior parte do seu tempo” (BADINTER, p. 340, 1985).

Essas mudanças modificam o conceito original da família, porque o papel que competia à mãe agora é dado a outras pessoas, como: o cuidar da casa e dos filhos, o mimar as crianças. Mediante a esses acontecimentos, as famílias começam a passar por vários problemas, tais como a quem confiar a guarda das crianças na ausência da mãe, ou de ordem psicológica, porque havia uma preocupação em relação a felicidade dessas crianças.

As famílias buscam várias alternativas para garantir a segurança das crianças pequenas, enquanto suas mães trabalhavam. Para Bandinter:

O aspecto material é hoje particularmente difícil de superar. Segundo os números mais recentes, 920 mil crianças de zero a três anos devem estar sob a guarda de mulheres que não são sua mãe. Ora, as creches coletivas oferecem pouco mais de 56 mil vagas, as creches domésticas, 26 mil, os jardins de infância particulares, 17mil e as escolas maternais, 120 mil (mas estas só acolhem crianças entre dois e três anos). Para as 700 mil crianças que restam, os pais recorrem quer a um outro membro da família (100 mil crianças), quer a uma empregada doméstica (70 mil crianças), quer ainda aos serviços de uma ama-de-leite contratada (mais de 300 mil crianças). As outras 200 mil crianças são geralmente acolhidas por vizinhas ou "clandestinas". Todos esses números mostram que os governos que se sucederam desde os anos 1960 (data do notável aumento do trabalho feminino) nada fizeram para ajudar as mulheres que trabalham fora de casa, e aparentemente nem sempre têm a intenção "de investir na primeira infância" (BADINTER, p.341, 1985).

Nesta época, a autora menciona que não existia por parte do governo preocupação em relação a primeira infância, ou seja, as crianças fora da idade escolar, muitas vezes, ficavam a mercê de sua própria sorte. Com isso, as crises familiares ficam mais severas porque as mulheres por mais que elas trabalhavam fora e tinham menos tempo para cuidar da casa e da família, era praticamente responsabilidade delas cuidar da casa e da família duplicando sua atividade. Os homens na maioria das vezes, não ajudavam nos serviços domésticos, até porque nessa época, a sociedade ainda era machista, e eles não participavam das tarefas domésticas, agregando essas responsabilidades apenas às mulheres.

Essa ideia é reforçada quando:

Ainda Romanelli (1991, p.34) afirma, com relação à mulher, que elas "expressam a insatisfação com a divisão sexual do trabalho e pressionam o marido para assumirem parte das tarefas domésticas". Assumir parte das tarefas domésticas, nesse específico contexto, significa dividir as tarefas domésticas, que, a propósito, seria uma forma justa de organizar as atividades de ambas as partes, marido e mulher, apud (OLIVEIRA, 2007,p. 28).

As mulheres passaram a exigir que seus maridos contribuíssem com as tarefas domésticas e acabaram gerando um novo conflito familiar, causando descontentamento e insatisfação, contribuindo para o grande número de divórcios que aconteceu na ocasião.

## 1.2 O impacto das mudanças sociais na vida das famílias

Com todas as mudanças que ocorreram nas famílias, é possível notar que essas, influenciaram de forma negativa em suas vidas. A autora menciona que com o mercado de trabalho, com a evolução industrial e a ida da mulher para fora de casa, o impacto foi marcante na sociedade, pois o trabalho trouxe para as famílias brasileiras enfermidades para as pessoas, e causaram muitos acidentes que levaram muitas pessoas à morte, deixando as famílias desamparadas, filhos órfãos e muitas mulheres viúvas.

São inúmeras e pormenorizadas as descrições sobre as condições de vida da população que migrava em busca de trabalho, trabalhava nas fábricas, morava aos montes em cortiços, procriava em abundância e cujos filhos morriam de doenças infecto-contagiosas, subnutridos e raquíticos, nas infectas cidades industriais no fim do século XVIII e por quase todo o século XIX, ciclo de acumulação primitiva do capital industrial [...], (RIBEIRO, p.22, 1999).

Com a revolução industrial a todo vapor, as famílias acabaram migrando para as cidades, onde viviam de forma inapropriada em cortiços sem nenhuma condição básica de sobrevivência, e tinham filhos sem nenhum planejamento onde acabavam morrendo por doenças infectocontagiosas da época.

Como consequência do mercado de trabalho, as mulheres eram obrigadas a levar seus filhos para as indústrias onde acabavam acontecendo vários acidentes com essas crianças e com as pessoas que trabalhavam nessas indústrias. Além disso, eles acabavam inalando gases e outras substâncias que acarretavam várias enfermidades nas famílias.

Essas e outras descrições coincidem, ainda, no registro sobre a presença maciça de mulheres e crianças nas fábricas, sobretudo as têxteis, também não incomum nas minas de carvão. Com a industrialização, milhões de mulheres e crianças, ao lado de homens adultos, passaram a estar sujeitos a acidentes e a inalar gases, vapores e poeiras orgânicas e minerais em jornadas de trabalho exaustivas e extensas, elevando extraordinariamente o número de acidentes e, especialmente, de doenças consumptíveis e respiratórias (RIBEIRO, p.22, 1999).

Os acidentes e as contaminações com metais pesados cresceram tanto no mercado de trabalho que foi necessário criar uma legislação dura que controlassem o uso desses materiais e o tempo de permanência do operário nas indústrias. Isso porque:

As intoxicações por metais pesados (chumbo, manganês, mercúrio, fósforo etc.) e por substâncias químicas haviam se tornado habituais entre os trabalhadores, obrigando progressivamente à criação de uma legislação específica que caminhou, a duras penas, para o estabelecimento de níveis máximos de tolerância permitidos, com permanente resistência patronal em alterar os processos de produção ou substituir materiais e agentes de nocividade reconhecida. Oposição maior fez e faz o capital à redução do 'tempo de exposição', melhor dir-se-á, 'tempo de sujeição', impondo por muitos anos, em pleno século X X, jornadas de trabalho acima de 12 horas ou mais (RIBEIRO, p. 23, 1999).

Por mais que foram criadas duras legislações para melhorar as condições de vidas dos operários, não foram suficientes para acabar de vez com o aumento das doenças causados pelo trabalho intenso das indústrias e os acidentes. As coisas foram piorando com o passar do tempo, virando uma tragédia social:

De tragédia e problema social, os acidentes e doenças do trabalho passaram a ser questão burocrática de contagem e contabilidade, menos sobre o que fazer ante uma realidade tão dramática que os números de certa forma revelam, e mais sobre como proceder para reduzir seu registro e o pagamento de benefícios. Nem mesmo acidentes e doenças coletivos e catastróficos escaparam da regra de mascarar. Com o advento da indústria pesada que marca tecnologicamente a passagem para o segundo ciclo do desenvolvimento capitalista, os números oficiais ou oficiosos, ao menos dos acidentes típicos de trabalho, mais difíceis de negar ou esconder, se tornaram impressionantes, apesar das práticas de ocultação e sub-notificação ( RIBEIRO, p. 24, 1999).

Como as pessoas buscavam migrar de uma cidade para outras em busca de trabalho assalariado, porque acreditavam que teriam melhores condições de vidas, acarretou o aumento dos acidentes de trabalho escravo e das enfermidades, e, infelizmente, vários desses trabalhadores tiveram suas vidas interrompidas por causa dos acidentes de trabalho e das enfermidades que cresciam espantosamente.

No Brasil, a situação era bem semelhante, pois indústrias estavam trabalhando intensamente e os acidentes e mortes aconteciam como nos países desenvolvidos, porém, com um agravante: O governo não se preocupava em criar legislações para contornar essa situação e, pelo contrário, negligenciava as mesmas. Assim,

As doenças e acidentes de trabalho sequer eram mencionados pelas autoridades sanitárias e, menos ainda, cogitara o Estado brasileiro de adotar medidas para preveni-los, puni-los ou compensá-los. Quatro tentativas para legislar a matéria foram abortadas, antes que a quinta se tornasse a primeira lei de acidentes, em 1919 (RIBEIRO, p. 28).

Não se faziam registros dos acidentes trabalhistas que aconteciam no Brasil. Ao invés disso, eles impediam de criar leis, mas como a situação ficou intolerável, passando para um problema social, forçou a criação da primeira legislação brasileira em prol das pessoas acidentadas. E,

Promulgada em 15 de janeiro de 1919, essa lei responsabilizava os empregadores pela indenização das vítimas, atribuindo à instância policial o registro de tais ocorrências, convalidando as charges da época que diziam que as questões do trabalho eram 'caso de polícia'. De qualquer modo, ela inaugura uma nova postura do Estado em face do conflito entre o capital e o trabalho. Não só ela é regulamentada no mesmo ano, como a sucede uma série de leis e decretos na mesma década que configuram um arcabouço jurídico inédito no País (RIBEIRO, p. 28, 1999).

Essa lei foi um divisor de águas para a classe trabalhadora e para as famílias, pois ela abriu portas para se criar novas leis que contemplassem as pessoas que sofriam acidentes trabalhistas e suas famílias. Houve vários avanços na classe assalariada, que beneficiaram as famílias principalmente no Brasil onde de acordo com o Ribeiro:

Na década de 30, o Estado brasileiro assumiu uma postura condizente com seu papel de agente promotor do desenvolvimento capitalista industrial e de 'mediador' do conflito entre o capital e trabalho. Uma das estratégias que adotou para reduzir a temperatura desse conflito foi instituir um sistema de previdência social e assistência médica, criando os institutos de aposentadoria e previdência social por categoria, começando pelo dos marítimos em 1933 e dos bancários em 1934. Perfilavam-se, assim, as imposições e necessidades similares àquelas dos países europeus industrializados, embora em conjunturas e contextos político-econômicos e sociais internacionais e nacionais outros [...], (RIBEIRO, p.30, 1999).

Com essas Leis, o Brasil passa por uma nova mudança social que garante aos trabalhadores melhores condições de vida, tanto para eles como para suas famílias.

Passado todas as mazelas trazidas pelo capitalismo e pelo emprego assalariado, as famílias se deparam com um novo conflito, só que agora é interno, devido todas as mudanças que explodiram no Brasil como a revolução industrial. A revolução feminina, as mulheres passam a ter um novo paradigma de vida, e a ideia de família já não é aquela que fora construída com o tempo, as mulheres agora começam a lutar por igualdade de gênero, onde não aceita mais as ideias machistas da época, contribuindo para as separações conjugais, (OLIVEIRA, p. 48, 2009), e como vários casais não suportam toda essa mudança, várias famílias são desfeitas e o número de separação conjugal

crece no Brasil, contribuindo assim para aumentar as mazelas pelas quais o Brasil estava enfrentando.

Devido às dificuldades encontradas pelas as famílias, a igreja católica passa se preocupar com a situação que as famílias brasileiras estavam vivendo, por isso ela começa a trabalhar com essas famílias. A igreja católica, juntamente com algumas instituições, criam projetos sociais para tirar as crianças e os adolescentes das ruas, auxiliava as famílias doando sextas básicas iniciando, assim, o surgimento de uma nova profissão no Brasil, onde surge o educador social figura que será marcada pela sua determinação e solidariedade por meio de seu trabalho exercido.

## 2. O SURGIMENTO DE EDUCADOR SOCIAL

As grandes transformações sociais que aconteceram no mundo nos últimos anos interferiram diretamente na organização da sociedade, Villa (2005), declara que essas mudanças foram tão rápidas que a sociedade não conseguiu acompanhá-las menciona ainda que as pessoas tiveram dificuldades de se adaptar às grandes mudanças sociais, e foi preciso que a sociedade desenvolvesse habilidades que pudessem ajustar as situações propostas pelas mudança da sociedade.

Hoje vivemos com a sensação desagradável de que as mudanças ocorrem de forma muito mais rápido do que a capacidade de resposta a adaptar-se a eles; Neste contexto, o indivíduo tem de aprender a desenvolver habilidades que se encaixam ou enfrentar a grande variabilidade situações caracterizadas pela transformação contínua. As mudanças sociais que têm produzido na Europa e em todo o das sociedades ocidentais foram profundas e têm profundamente afetado o mercado de trabalho, a economia e os estilos de vida dos cidadãos. A amplitude e profundidade dessas mudanças culturais, sociais e econômicos são de tal dimensão que, os especialistas acreditam que o conhecimento e a informação se tornaram fatores-chave para gerir as diferenças entre pessoas, organizações e países (VILLA, 2005, p. 114).

Com essas mudanças surge uma nova sociedade, e com ela aparecem duas tendências pedagógicas a pedagogia: que preparava o indivíduo para a vida, que era aquela aplicada nos sistema de ensino, e a pedagogia dinâmica, que é aquela voltada para o social, ou seja, a que acontecia fora da escola, em projetos sociais e em escolinhas como dança, música, etc.

Esse novo contexto social e econômico emergente resultam em um novo tipo de sociedade e conhecido como uma sociedade do conhecimento com dois perfis educacionais principais: o conceito de aprendizagem dinâmica e aprendizagem para a vida ligada transversalmente à incorporação e utilização das novas tecnologias de informação e comunicação e o engajamento crítico e responsável para reagir às mudanças e desequilíbrios que a nova situação [...] (VILLA, 2005, 115).

Com o surgimento da pedagogia dinâmica, que conhecemos hoje como pedagogia social, surge a necessidade de uma educação contínua devido às mudanças que tinham ocorrido no mundo.

Gadotti faz um link com essa citação quando disserta que a educação permanente tem que ser constante nas vidas das pessoas e precisa ser

repensada pela sociedade, pois é preciso inseri-la para ajudar nos impactos sociais que ocorreram com as mudanças sociais.

[...], portanto tomo a educação permanente como uma necessidade de continuar constantemente a formação e o distingo um fenômeno educação permanente que é o aparecimento dessa necessidade numa determinada época, provocada por uma sociedade que exige constante renovação dos conhecimentos a um discurso sobre a educação permanente que é todo um trabalho teórico em torno desse fenômeno e que foi particularmente desenvolvido pela Unesco, pelo conselho da Europa e pela OCDRE (Organização para a Cooperação no Desenvolvimento Econômico e mais recente pelo Banco Mundial. Mais foi a Unesco que levou mais a frente o combate pela ideia de uma educação permanente (GADOTTI, p. 92).

Nesse sentido, a sociedade começa a pensar em uma educação que transpassasse os muros da escola, uma educação que pudesse de fato transformar a vidas das crianças e dos adolescentes. Fala-se de uma educação não formal que pudesse ser adquirida em qualquer lugar, surge uma nova pedagogia, a social, inserida na educação não formal.

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. Em suma, consideramos a educação não-formal como um dos núcleos básicos de uma Pedagogia Social (GOHN,2006 revista cielo).

Essa educação na visão da autora abrange diversas dimensões nas vidas das crianças e dos adolescentes, dentre eles sobressai o reconhecimento como indivíduo, ou seja, a autora fala que essa educação tem que conscientizar os indivíduos que eles são pessoas de direito, ele precisa exercer o seu papel de cidadão.

Oliveira (2007) menciona que o primeiro grupo conhecido como educadores sociais de rua foi formado por um grupo de vários jovens com graduações distintas, eles se uniam na Pastoral do Menor São Paulo e começaram a trabalhar com os menores que lá estavam. Neste momento, a sociedade

ganhava um novo grupo de pessoas que estavam dispostos a lutar pela libertação dos jovens que se encontravam oprimidos pela injustiça social.

Isso ocorreu em 1979. Uma dúzia de jovens, a maioria graduados em antropologia, sociologia, ou teologia, soube auspícios da Pastoral do Menor, começou a trabalhar, organizadamente, no centro de São Paulo, sobretudo na Praça da Sé. Esse grupo foi o primeiro no mundo a se denominar Educadores Sociais de Rua, ou, simplesmente, Educadores de Rua. (OLIVEIRA, 2007, p. 142).

Inicia-se deste ponto o trabalho do educador social no Brasil. Inicialmente, foi formado por um grupo bem diversificado de pessoas, onde o objetivo central era ajudar as pessoas que naquele momento necessitavam de ajuda, tanto para seus filhos, quanto para as famílias que estavam passando por problemas sociais.

No Brasil ainda está tramitando a Lei 5346/09 que irá regulamentar a profissão deste profissional. No artigo primeiro desta Lei, parágrafo único, descreve que a lei “possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas”. No Brasil essa profissão pode ser exercida por qualquer pessoa, desde que tenha o Ensino Médio completo e que gosta de trabalhar com pessoas em situação de risco social. Esta Lei ainda está tramitando, mas em outros países, essa profissão já é regulamentada.

## **2.1 Trabalho social com as famílias das crianças em risco social**

A família é a base de todo o ser humano, e quando ela é abalada as consequências são manifestadas geralmente no comportamento da criança e do adolescente, e como dito anteriormente, a família sofreu muito com as transformações sociais que ocorreram nos últimos anos, passando por um processo de profunda mudança que leva a sociedade acolher essas famílias que foi acolhida pela igreja católica, com o apoio dos jovens, por meio de formação educacional. Esses jovens além de trabalhar com as crianças que estavam em risco social, passam assistir as famílias delas também.

Por outro lado, considerando-se a vulnerabilidade das condições de vida de grande parte das famílias brasileiras, para que se efetive o cumprimento desse papel, elas precisam ser apoiadas e fortalecidas. A tarefa é desafiante e exige dois focos de ação: a) - o aprimoramento de seus comportamentos, habilidades e atitudes, mediante acesso a informações e conhecimentos e, b) - o

fortalecimento de programas e serviços sociais, como os de saúde e educação, oferecidos nos municípios e pelos municípios, para que se possa estabelecer um diálogo entre a família e o poder público em torno da busca de soluções para problemas que atingem as crianças de até 6 anos, (MARCILIO E AMORA, 2011, p.146).

Fortalecer e apoiar essas famílias passa a ser o desafio principal desse grupo de jovens estabelecido pela igreja católica, e mais tarde passa a ser responsabilidade dos assistentes sociais exercerem esse papel, e seu trabalho em dois pontos principais: o primeira é aprimorar as habilidades e o comportamento dessas famílias através da informação, já que era função deles proporcionar o conhecimento e a informação a essas famílias para que elas pudessem se conscientizar de seus erros e os incentivar a mudar os seus hábitos; o segundo ponto marcante era a criação de programas que pudessem de fato alcançar essas famílias garantindo a elas o direito de saúde, educação, e passa ser de responsabilidade do poder público buscar soluções viáveis para resolver os problemas dessas famílias que tinham filhos menores de idade. A isso, entendemos que,

A resolução dessa situação deve ser prioridade absoluta no País, não apenas para a garantia dos direitos de todas as crianças brasileiras, mas também para que nossa sociedade possa ser mais justa e ter um futuro mais promissor. Para tanto é preciso fortalecer as ações dos municípios, das famílias e das comunidades locais em relação aos direitos da criança e do adolescente (MARCILIO E AMORA, 2011 p.146).

Acreditamos que, quando as famílias possuem o apoio da sociedade e do governo, ambos proporcionam à criança o direito de viver em uma sociedade mais justa, garantindo um futuro promissor. Mas para que de fato ocorra a garantia desses direitos, a sociedade precisa se organizar para acolher de forma eficaz todas as famílias brasileiras que precisavam de apoio tanto do governo, quanto de toda a comunidade.

Kliksberg (2002), reforça a ideia de Marcilio e Amora, quando diz que é preciso que a sociedade se organize em ações conjuntas para sanar os problemas sociais existentes no seio da família. “Será preciso que exista o trabalho conjunto de instituições de vários tipos que possam agir sobre essas variáveis: de saúde, no que diz respeito à nutrição, de apoio à família, de habitação, de transporte” (KLIKSBURG, 2002, p.59), é preciso que as instituições se desempenhem em receber essas famílias que, na maioria das vezes, ficam a mercê de sua própria sorte. Portanto, para que as crianças que estão em risco social tenham direito a uma oportunidade de igualdade é preciso que a sociedade crie condições para acolhê-las junto a suas famílias, porque quando

as famílias são acolhidas, esse acolhimento proporciona a elas um equilíbrio emocional que capacita a cuidar de suas famílias e de seus filhos.

A autora menciona também que “para melhorar a saúde preventiva, por exemplo, é indispensável que haja um trabalho muito bem articulado entre as áreas de saúde e de educação” (KLIKSBERG, 2002, p. 59), pois é indispensável que a família seja atendida em sua totalidade, fazendo valer o direito a elas a saúde e a educação, porque sem a garantia desses direitos as famílias não podem se reconhecer como sujeito de direito, uma vez que a educação abre portas para a igualdade social.

Nessa medida, Kliksberg (2002), afirma que “os programas sociais devem contar com amplos respaldos da sociedade para poder cumprir com eficiência suas metas (KLIKSBERG, 2002, p. 64)”. Os programas sociais precisam estar diretamente articulados com a sociedade e para que suas metas sejam plenamente alcançadas, é importante que os projetos sociais sejam parceiros da comunidade, já que seu trabalho será todo destinado a eles. Tem que haver essa união entre ambos, pois a meta proposta pelos programas é o atendimento às crianças que vivem em situação de risco social, e é preciso deixar bem claro que isso só poderá ser possível quando houver essa parceria entre a comunidade e os programas sociais, além de elaboração de políticas públicas que visam atender essas famílias.

Quando falamos de trabalho social com crianças e adolescentes que são consideradas de risco social temos que lembrar que essas crianças quando são consideradas abandonadas, na maioria das vezes, é porque são membros de famílias que enfrentam o descaso da sociedade e são abandonadas pela sociedade em geral e principalmente pelas políticas públicas. Braga nos ensina que

Alguém disse que atrás de uma criança abandonada sempre existe uma família abandonada. Abandonada pelas políticas sociais, abandonada pelo Estado. Então, a primeira coisa que devemos fazer é pensar em como trabalhar com as famílias pobres, porque não somos preparados para trabalhar com a família (BRAGA, 2013p. 122).

A autora ressalta um ponto interessante quando ela diz que os educadores sociais muitas vezes não estão preparados para atuar com as famílias pobres. Ela afirma que em primeiro lugar é pensar como se deve trabalhar com essas famílias. Para que o seu trabalho sejam realizado com êxito, portanto, é

fundamental que o educador social conheça as famílias e as comunidades onde ele irá trabalhar, onde “é importante estudar a família para que possamos entender e tentar atender essa família” (BRAGA, 2013 p. 122), porque quando trabalhamos com as crianças e os adolescentes considerados em risco social não são apenas com eles, mas com suas famílias diretamente, pois a família é o reflexo dessas crianças. Então, é importante que, ao iniciar o trabalho social, é essencial inserir a família neste contexto e conhecê-la de forma a integrá-la no serviço que será realizado pelo educador.

Neste caso, a autora menciona que “o importante é estarmos abertos para encontrar caminhos. Soluções não, mas encontrar caminhos” (BRAGA, 2013 p. 123). É preciso lembrar que os educadores sociais não têm a responsabilidade de encontrar soluções, porque essa questão é de âmbito social e não cabe ao educador solucionar nada. Do mesmo modo, “se você tira os filhos e joga a família fora, você não vai fazer nada de bom para essa família. Ao contrário, vai jogar essa família num poço cada vez mais fundo (BRAGA, 2013, p. 123)”. O serviço social tem que ir além dos projetos sociais, é preciso entrar nas casas dessas crianças para que o trabalho social tem seja realizado com as famílias também, porque colocar essas crianças em escola integral e abandonar as famílias não vai resolver o problema dessa criança, portanto, o trabalho social tem que ser em âmbito maior.

Percebe-se claramente que “A educação em tempo integral, em quase todos os países, tem contribuído muito com a família, com a mulher e seus filhos” (BRAGA, 2013, p.126), mas não é suficiente para resolver todos os problemas sociais em que as famílias brasileiras enfrentam no seu cotidiano. Nota-se que existe uma grande dificuldade em trabalhar com as famílias, porque elas passam por vários problemas, onde as crianças e os adolescentes se tornam suas principais vítimas.

## **2.2 As competências do educador social**

Para trabalhar com as crianças que vivem em situação de risco social é preciso que o educador social tenha características próprias, ele precisa ser dinâmico, criativo, responsável, aberto ao diálogo e o mais importante saber ouvir, já que, para realizar o seu trabalho, é preciso que ele escute as angústias e as ansiedades que essas crianças trazem consigo de casa para poder criar metodologias que alcancem verdadeiramente a eles. Podemos dizer então que

[...], O educador deve estar aberto a transformar seus pontos de vista, suas opiniões, sua relação com os jovens e os que os cercam, suas ideias sobre a sub-cultura com que entra em contato, sobre os grupos envolvidos, sobre as instituições, as dinâmicas de relacionamento, sobre todas as coisas mostradas como certas, justas e solidamente fundamentadas na razão. Esta práxis se sustenta nos sentimentos de compaixão, amor e compromisso incondicional para com a justiça e para com as crianças e jovens que a sociedade cria e abandona à própria sorte. Não têm lugar, na ESR, educadores avessos a essa transformação ou que não possuam a força interior necessária para enfrentar os riscos dessa práxis. As tarefas pedagógicas representam o escopo da ação, mas não definem as razões para a presença junto ao jovem. Estas serão sempre ligadas à libertação dos jovens – conforme definida pelos cânones de uma pedagogia libertária –, uma demanda essencialmente existencial e que se posiciona para além das burocracias e rotinas do trabalho institucional (OLIVEIRA, 2007, p. 148).

Mediante as características de um educador social apresentadas, qualquer pessoa pode ser educador social e estar aberto para interagir com as crianças e os adolescentes que estão diretamente ligados ao seu trabalho, onde o amor e a compaixão são sentimentos essenciais para que o seu trabalho seja realizado com responsabilidade e comprometimento.

É importante que o educador social faça seu trabalho girar em torno de pessoas que necessitam de uma transformação social, seu trabalho precisa influenciar o outro, portanto o outro tem que ser o foco principal do dele. Villa (2005) destaca as principais atribuições do educador social afirmando: que o educador social precisa criar programas sociais com o propósito de tirar as crianças que vivem nas ruas, com intuito de cuidar das crianças e dos jovens que vivem em situação de risco social, onde:

programas, atividades, projetos e iniciativas relacionadas com a vida diária estão incluídos no cuidado com as crianças, cuidados e assistência à infância, novas tecnologias da informação e comunicação e ajuda os jovens em dificuldade e reintegração [...], (VILLA, 2005, p.117).

Os programas sócio educativos são fundamentais para a reintegração destas crianças na sociedade, ele acaba despertando nelas o gosto pela vida, e as resgata das ruas, inserindo-as em atividades que para elas, se tornam prazerosa.

O educador além de criar programas e atividades que envolvam as crianças e os adolescentes, é importante que esteja sempre em busca de novos conhecimentos a serem compartilhados, para que possa está ciente das diferentes dimensões do jovem como ser humano. É importante que o educador social vá além da condição de especialista em uma disciplina ou

campo de conhecimento (VILLA, 2005, p. 137), o educador social precisa levar em consideração que esses jovens e adolescentes trazem consigo um campo muito extenso em sua bagagem e conduta social.

Ramos e Ramon (2011) menciona que:

O educador social tem que ter clareza de que o centro da educação está no outro, que se torna a figura principal do processo educacional. O grande educador Paulo Freire defendia que, nesse contexto, "o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa" (1987, p. 68). Assim, ambos crescem juntos. (Freire, em *Pedagogia da Autonomia*, enfatiza que "saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (RAMOS, ROMAN, 2011, p. 38).

É necessário que o educador social tenha em mente que ele é o "carro chefe" responsável pela sociabilidade de muitas crianças e adolescentes, ele precisa se conscientizar que o seu trabalho tem que refletir no outro, e esse outro passa a ser o personagem principal de todo o processo educacional no qual os educadores sociais desenvolvem, Freire dentro desta citação afirma que o educador precisa estar apto a aprender com o outro, assim é imprescindível que ele tenha a humildade de reconhecer que esse fato e que ambos aptos, tanto os educadores como os educandos crescem aprendam juntos.

Essas características são fundamentais para o educador social, pois de acordo com o autor acima, o educador social tem que saber aprender a aprender, isto é, ele precisa de fato aprender em todas as situações que o seu trabalho lhe proporcionará, ele precisará aprender com o outro e consigo mesmo, com seus erros e acertos.

Nesse contexto, ganha relevância o trabalho do educador social, especialmente por atuar além das iniciativas convencionais de ensino, o que lhe permite desenvolver, com mais radicalidade, práticas pedagógicas alternativas, direcionadas à transformação da realidade. Para essa missão, é preciso coragem, intuição, percepção, compromisso social, maturidade pedagógica e capacidade de trabalho em grupo (RAMOS, ROMAN, 2011, p. 93).

O educador social necessita propor métodos que visa resolver as dificuldades sociais, incentivar a autonomia dos de seus alunos, desenvolver atividades recreativas que promova a sociabilidade dessas crianças, ele precisa desenvolver o pensamento crítico já que é através dele que as pessoas têm o poder de compreender a realidade social, dar ênfase nas habilidades que suas crianças apresentam e incentivar as mudanças sociais na vida delas.

Neto (2012) compreende que o educador social tem que ter uma postura ética e precisa se preocupar com a formação do outro, uma vez que o seu trabalho é pautado no outro.

O educador social tende a manter uma postura de engajamento e abertura, de saber agir entre a certeza e a incerteza. Ele tem certa consciência de que a história, a biografia e a realidade das crianças e dos adolescentes escapam aos conceitos cristalizados que mascaram a incerteza e o novo ou até conduzem à indiferença. Sua práxis tende a ressignificar conhecimentos e a apreender e acolher o novo, enquanto teoria ou enquanto acontecimento. Isto ocorre nos encontros com o outro ou com o cotidiano, os quais geram alterações no pensar, no agir e no ser (NETO, 2012).

O educador social tem que ter um engajamento com seus alunos para poder agir mediante as situações de conflitos que existirão no seu caminho, ele precisa agir com responsabilidade e seriedade, uma vez que seus alunos irão trazer consigo, para os projetos sociais todas as suas amarguras e frustrações. O educador social tem que estar condicionado a agir com eles, proporcionando confiança e liberdade, já que o seu trabalho é decisivo para mudança de pensamento e ação, além de estar sempre preparado para resolver com respeito e dignidade os problemas que seus alunos apresentarão no decorrer do projeto.

Dando sequência a esse raciocínio, Neto (2012), afirma que além da postura ética, o educador social precisa saber se colocar no lugar do outro, ouvir suas argumentações para que juntos possam buscar alternativas que venham sanar as dificuldades encontradas pelas crianças e pelos adolescentes no decorrer do projeto.

O educador precisa aprender a se colocar no lugar do outro para escutá-lo e, junto com ele, encontrar sentido num projeto de vida. A generosidade do educador social alimentado por uma postura ética propicia as condições para caminhar com o outro e descobrir caminhos, sem eximir o educando de seus compromissos pessoais. Cada um tem que descobrir o sentido de sua existência e sua forma de viver, [...], (NETO, 2012).

O autor fala ainda que quando o educador sabe ouvir o outro, ele propicia novos caminhos, abrem novas portas para essas crianças e adolescentes que na maioria das vezes, não tem mais um sentido na vida, não tem expectativa de vida, e o trabalho do educador é capaz de mudar os conceitos que essas crianças trazem consigo.

Conforme indica o mesmo autor, o educador social é formado durante a sua prática social, ninguém nasce educador, suas competências são adquiridas ao longo do tempo.

O compromisso do educador não é dado, é construído cada dia, nos diferentes espaços de alegria e sofrimento; aí, o educador é tocado. O educador social tem que ter um olhar amoroso, completado com as técnicas. É preciso estabelecer e, ao mesmo tempo, superar a tensão entre a técnica e o compromisso amoroso. A junção desses dois elementos desorganiza e reorganiza o cotidiano, permite aos envolvidos transformar perdas, tristezas, desânimos, desencantamentos e angústias em projetos que levem todos ao protagonismo (NETO, 2012).

É importante mencionar que além de ser constituído ao longo do tempo, ele precisa estar sempre em constante formação aprimorando suas práticas sociais e aperfeiçoando suas técnicas e habilidades para suprir as exigências que seu público tem. Suas ações precisam proporcionar mudanças de paradigmas, para estar apto para trabalhar com essas crianças podendo contribuir de forma positiva em seus descontentamentos, suas tristezas e ser um gerador de felicidade e prazer.

Gadotti (2003) menciona que a educação faz-se necessária na vida dos outros, e que é parte fundamental para o convívio em sociedade. E como se sabe, o objetivo do educador social é inserir as crianças e os adolescentes novamente na sociedade, e isso só é possível por meio de intervenções educativas, [...] “Educar é também aproximar o ser humano do que a humanidade produziu. Se isso era importante no passado, hoje é ainda mais decisivo numa sociedade baseada no conhecimento”, (GADOTTI, 2003, p. 47). Para que o trabalho do educador social tenha êxito, ele precisa embasar o seu trabalho com conhecimentos que lhe de condições para atuar com as crianças e os adolescentes que estão sob seus cuidados, só o conhecimento pode levar o homem a reconhecer-se como sujeito histórico.

O autor ainda fala que o conhecimento leva o homem a conhecer-se a si mesmo e o mundo, ele reforça a ideia que o conhecimento leva o homem a mudanças de atitudes e de enxergar o mundo que está a sua volta, e esse ponto é fundamental, porque o educador social busca despertar nos seus alunos essa conscientização de que o conhecimento é capaz de levá-los a ter uma vida melhor.

O conhecimento serve primeiramente para nos autoconhecer, a nós mesmos e todas as nossas circunstâncias, conhecer o mundo. Serve para adquirirmos as habilidades e as competências do mundo do

trabalho, serve para tomar parte nas decisões da vida em geral, social, política, econômica. Serve para compreender o passado e projetar o futuro. Serve para nos comunicar, para comunicar o que conhecemos, para conhecer melhor o que já conhecemos e para continuar aprendendo. Mas, o conhecimento também serve para mudar o mundo (GADOTTI, p.69, 2007).

Ramos e Farias (2011) afirmam que para que haja mudanças, primeiramente o educador social precisa levar as crianças e os adolescentes que vivem em situação de risco a acreditarem em si próprios. Como se sabe, só é possível mudança quando há um comprometimento individual de cada um, ninguém tem o poder de mudar ninguém, mas é possível levá-los a crer nas suas habilidades e competências, esse é um grande desafio para o educador social, pois levar a pessoa que está a muitas vezes à margem da sociedade acreditar em si mesmo é muito difícil, mas é tarefa do educador resgatar a autoconfiança dessas crianças e adolescentes. Isso por que

O processo educativo com sujeitos em vulnerabilidade social, com adolescentes que tiveram uma infância com tantos déficits, que não acreditam mais no seu próprio potencial, não é tarefa fácil. Antes de qualquer conteúdo, de qualquer conceito, é preciso resgatar naqueles sujeitos a esperança e a crença de que mudar é possível – e está aí o maior desafio do educador que trabalha com este público. O conteúdo precisa ser meio para o resgate da autonomia, da criticidade e da ação no contexto em que estão inseridos (RAMOS,FARIAS, 2011, p. 118).

E, retornando ao pensamento de mudança, Neto (2012), afirma que para haver uma mudança significativa na vida das crianças e dos adolescentes, os educadores precisa criar um elo de amizade e de companheirismo com seus alunos, porque quando há esse elo, é bem mais fácil o educador trabalhar com essas crianças levando-as a sonhar novamente e acreditar em si mesmas como parte importante para a sociedade, “[...], Entendemos essa atitude como uma ética da amizade, da esperança, da utopia e do sonho, que Freire sinaliza como um elemento importante para a transformação das histórias de vida” (Neto, 2012).

Outro ponto que é destacado por Neto (2012), é o compromisso do educador. Quando o educador é uma pessoa de responsabilidade, e arca com o seu compromisso, ele passa segurança para seus alunos e eles acabam criando um elo de confiança com esse profissional. Para o autor, esse profissional é talvez o último recurso de proteção para as crianças e os adolescentes que vivem em zona de risco, pois eles acabam se sentindo seguras em estar com esse profissional.

[...], o compromisso do educador, talvez seja a manifestação dos últimos recursos disponíveis para a proteção da criança e do adolescente das perversidades advindas do movimento da globalização ou da própria humanidade. Parece óbvio que falamos de

algo que ultrapassa a experiência individual e mesmo grupal, uma vez que a questão ética interpela o sistema de organização da sociedade. O que parece importante salientar é que o educador social se faz com compromisso ético( NETO 2012).

O educador precisa ser dinâmico e flexível, e precisa estar com o seu serviço sempre pautado no outro, ele tem que estar engajado em uma pedagogia social, de acordo com Martins,

Nessa medida, Martins (2012), afirma que:

A educação social, dada a sua complexibilidade, costuma ser mais hábil, flexível, versátil, e dinâmica. É uma pratica pedagógica da pedagogia social, que se transforma, num instrumento de promoção, libertação pessoal e comunitária, contribuindo para um mundo mais justo, ( MARTINS, 2012, p. 65).

A formação social dos indivíduos tem que ser o objetivo principal do educador social, sabendo que a maioria dessas crianças e adolescentes apresentam sérios problemas sociais, essa educação que é proposta pelo educador social é elemento primordial à libertação pessoal do indivíduo e da comunidade, tinha que ser hábil e flexiva para que de fato pudesse influenciar e transformar a sociedade ela precisaria ser versátil.

Enfim, as ideias abordadas mostram que o educador social tem grande responsabilidade social, ele pode diminuir um pouco das aflições de muitas crianças e adolescentes, seu trabalho tem que estar pautado no respeito e na confiança. O educador social precisa ser consciente que o trabalho social gira em torno do outro, e que suas atitudes são decisivas na vida de algumas pessoas, por isso, ele precisa ser compromissado com a sua missão que é resgatar as crianças e os adolescentes que vivem em risco social.

### **2.3 Os projetos sociais**

Sabe-se que a educação é libertadora, e quando falamos de educação libertadora, retomamos a questão dos projetos sociais e da educação não formal, pois essa educação tem forte impacto na vida dos indivíduos de acordo com Gattai Bernardes (2013).

Um processo de aprendizagem e de educação libertadores que possibilite aos indivíduos, modificarem sua percepção de si mesmos e da realidade, ponderando para que exerçam seus direitos, cria, ao longo do tempo, uma cultura de participação com valores de confiança em si mesmo e no outro, cooperação, vontade de agir coletivamente para transformar a realidade (PUTNAM, 2000; KLIKSBURG, 2002), apud (Gattai, Bernardes' 2013

Paulo Freire reforça essa ideia quando diz que:

A consciência do mundo que implica a consciência de mim no mundo, com ele e com os outros, que implica também a nossa capacidade de perceber o mundo, de compreendê-lo, não se reduz a uma experiência racionalista. É como uma totalidade – razão, sentimentos, emoções, desejos – que meu corpo consciente do mundo e de mim capta o mundo a que se intenciona (FREIRE, 1995, p. 75-76)

Como a educação tem que ser libertadora, o trabalho do educador social tem como responsabilidade social gerar mudanças no cotidiano das crianças e dos adolescentes que vivem em situação de risco.

Quando os educadores sociais que atuam nos projetos sociais têm influência sobre os indivíduos, é possível dizer que ele se torna elemento fundamental na vida de suas crianças e adolescentes. Para dar melhor visibilidade ao que foi descrito, Nascimento (2006), propõe que:

A presença do outro reenvia a ideia de partilha necessária tanto às particularidades da vida de cada sujeito como para a vida em relação. Significa que o individual e o coletivo estão presentes tanto na subjetividade quanto na objetividade do sujeito. Não existe uma separação, mas uma relação entre essas partes (NASCIMENTO, 2006).

Quando há interação entre os indivíduos, no caso aqui entre o educador social e seus alunos, é possível observar que um complementa o outro e que essa interação é capaz de resgatar a esperança perdida. Podemos dizer então que a presença do outro é fundamental na vida das crianças e dos adolescentes, e que esse contato com o outro, facilita os indivíduos a compreender melhor a si mesmo e o mundo.

Dando sequência a esse raciocínio, Nascimento (2006), defende-se que:

O Projeto de Vida emerge nessa trama complexa de relações, de construção de saberes sobre si e sobre o mundo à medida que significados são compartilhados no cotidiano. Significa que existe um espaço comum de intercâmbio entre sujeitos, no qual o sentido da vida de cada um adquire contornos comuns. A estrutura social, a comunicação e a cultura são as fontes de intercâmbio responsáveis pelas condições de produção e circulação das representações sociais, (NASCIMENTO, 2006).

O autor acima defende a ideia que o meio interfere diretamente na relação entre os indivíduos, e que os projetos de vida, no caso os sociais, têm que contribuir de forma positiva na vida das crianças que neles estão inseridos, e ter o objetivo de trazer esses indivíduos novamente para a sociedade.

Nesse sentido, os projetos precisam ser realizados com prazer e responsabilidade, é preciso envolver as crianças de forma prazerosa para que elas tenham o prazer de permanecer nesses projetos. O lazer tem que ser

parte integrante desses projetos, pois através do lazer a criança se sente motivada a participar dos projetos sociais que são inseridos pela sociedade. Lemos, Dantas, Chão, em seu livro que tem como título *“De portas abertas para o lazer”*, reflete a cultura lúdica nas comunidades de bairro, reforça a ideia que para trabalhar com as crianças e os adolescentes que vivem em situação de risco é preciso que esses projetos desenvolvam atividades de lazer para promover uma cultura de paz que acrescente aos seus participantes a possibilidade de se conhecer como parte histórica e social da sociedade, pois

compreendendo o lazer como possibilidade de emancipação e desenvolvimento humano,... Ainda a participação cultural como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade...(MARCELLINO, 1995, p. 17 apud, LEMOS, DANTAS, CHAO, 2009, p. 12).

O lazer, de acordo com os autores citados anteriormente, têm o poder de emancipação por meio dele, é possível despertar o gosto pela vida, que na maioria das vezes, as crianças que são participantes desses projetos já perderam. Assim é fundamental que o local onde os projetos sociais se comprometam em promover a cidadania entre o seus indivíduos, pois é neles que as crianças e adolescentes passam várias horas por dia, portanto além de ser um espaço de lazer, precisa também assegurar a cidadania de seus participantes.

O lazer, tido como direito social, é entendido por nós como meio para o alcance da cidadania. Mas, para que possamos ter efetivamente o lazer como direito constituído, são necessárias políticas públicas que, além da gratuidade e qualidade, não estabeleçam tantas barreiras para a participação da população, tornando-se mais acessíveis, (LEMOS DANTAS, CHAO, 2009, p. 27).

Os autores mencionam que o lazer é um direito das pessoas, e que é preciso que a sociedade se organize para cumprir o que já está previsto nas Leis brasileiras, mas eles falam também que para que esse direito seja alcançado por todos, é necessário que os governantes criem políticas públicas que garantam a todas as pessoas o direito de estar nesses projetos sociais ou em outros projetos educativos de forma gratuita e satisfatória, com prestação de serviço de qualidade que sejam capazes de promover aos seus usuários o reconhecimento de sua cidadania.

Esses projetos sociais na maioria das vezes, para grande parte das crianças e dos adolescentes que neles estão inseridos, é o escape que eles precisam

para não ser arrasados para o mundo da criminalidade, e é neles que passam a compreender melhor o que acontece a sua volta.

Esse Projeto como objeto de representação social evidencia que ele é construído no senso comum pelas relações sociais e é perpassado por um contexto histórico de valores e regras que articulam processos psicossociais. Esses processos mobilizam construções de representações sociais que definem o grupo, no caso o dos adolescentes, sobre a forma de pensar, sentir e agir em relação ao Projeto de Vida. Essas condutas permitem a tomada de posição, organização e metas desse grupo para alcançar um modo ou condição de vida (NASCIMENTO, 2006).

Os projetos sociais precisam ter como base a mudança de pensamento e ideologia. É importante visar à restauração da cidadania porque é através dela que as pessoas entendem que são sujeitos históricos, capazes de reproduzir e criar-se como ser social.

É preciso que nesses projetos tenham atividades diferenciadas da escola, mas é necessário ter em mente que é possível gerar atividades de lazer que proporcionem aos seus usuários a auto realização e o seu o auto conhecimento, reconhecendo-se como ser social.

O esporte e o lazer possibilitam promover transformações sociais para o cidadão por meio de atividades lúdicas, como aponta Costa (1999, p. 114): “o que é fundamental na atividade lúdica parece ser o trabalho de transformação simbólica a que se submete o ator, elaborando a fantasia na experiência corporal lúdica”, assim percebe-se o imaginário proporcionado pelas vivências no esporte e lazer no sentido de mudança social do indivíduo. Caillois (1990) vê o jogador, neste caso o sujeito participante, adotar as características de um ator na vivência lúdica (LEMOS DANTAS, CHAO, 2009, p. 50).

O esporte e o lazer são atividades de extrema importância para os projetos sociais que trabalham com as crianças que vivem em situação de risco social. Eles podem, quando trabalhado corretamente, despertar nas crianças e nos adolescentes que fazem parte desses projetos o gosto pelas práticas esportivas, resgatando a sua dignidade e até mesmo formando novos campeões em diversas modalidades de esportes, capoeira, judô, música, dança, etc.

Essas atividades além de promover o lazer, levam os indivíduos a uma ressocialização, a ter um compromisso com a vida e com as demais pessoas que estão a sua volta.

Ressocialização... Geralmente implica uma identidade perfeita entre os hábitos de uma pessoa e as leis e normas que presidem o funcionamento da sociedade. Uma aderência prática à sua dinâmica, uma submissão a seu ritmo, uma total incorporação de seus valores. Em outras palavras, uma adaptação total... Nesta visão conta a

adaptação comportamental: o jovem deve funcionar sem causar dano digno de nota. A sociedade se impõe como valor em si e o mais importante. A perspectiva do jovem não tem importância. Busca-se mudar o comportamento antissocial, os atos delinquentes e outros atos que perturbam a coexistência. Espera-se que o jovem em circunstâncias difíceis se integre à sociedade como um elemento produtivo e obediente sem levantar nenhuma forma de problema social. Neste ponto se diz que o jovem foi 'ressocializado'. (Gomes da Costa, 1991, p.26-7), apud, (OLIVEIRA 2007, p.143).

Como há essa ressocialização a pessoa é capaz de mudar seus hábitos e costumes, e até mesmo sua identidade em prol da sociedade no qual está inserida. Além de aceitar os valores que são a eles propostos, o autor menciona também que há uma adaptação total, ou seja, eles afirmam que essas crianças e adolescentes são capazes de entender que eles fazem parte da sociedade e por isso, é importante não causar danos tanto a si como aos outros, e é essa socialização que os projetos sociais têm como objetivo, porque tirar as crianças das ruas não é o suficiente, mas é importante que os projetos sociais sejam capazes de inseri-los novamente na sociedade.

É importante destacarmos que os projetos sociais que são executados pelas ONGs, e pela comunidade em geral tem um importante papel nas vidas das crianças e dos adolescentes que participam deles, porque, além de tirá-los das ruas têm contribuído para mudanças de hábitos, pensamento e comportamento. O que esses projetos têm de mais importante é o poder de fazer as crianças e os adolescentes se reconhecerem como sujeito de direitos e deveres e como parte histórica da sociedade, contribuindo de forma positiva para construir uma nova sociedade. Os profissionais que trabalham com esses indivíduos precisam realizar o seu trabalho com responsabilidade, sabendo que poderá proporcionar uma nova oportunidade de vida há varias crianças e adolescentes que estão inseridos no seu grupo de trabalho.

#### **2.4 Os desafios do educador social nos dias atuais**

A autora aborda que o trabalho social na atualidade precisa suprir a demanda da comunidade, e que para isso é preciso que os educadores tenham uma metodologia que alcance as crianças e os adolescentes que passarão pela vida deles. Esses educadores tem que ter uma proposta encantadora e dinâmica que deem a eles satisfação de participar dos projetos sociais, pautar sua metodologia na demanda social e ser capaz de promover ações pedagógicas

com o intuito de resgatar as crianças e os adolescentes que vivem em situação de risco social.

Para que o educador social realize seu trabalho de forma eficaz é preciso que esteja:

Afirmado que apreender a questão social é também apreender como os sujeitos a vivenciam. Ora, desvelar as condições de vida dos indivíduos, grupos e coletividades com as quais se trabalha é um dos requisitos para que se possa decifrar as diversas formas de luta, orgânica ou não, que estão sendo gestadas e alimentadas, com inventividade, pela população. É condição ainda para se perceber as aspirações, os núcleos de contestação, a capacidade de imaginação e de invenção da sociedade ai presentes, que contém misturados elementos de recusa e afirmação do ordenamento social vigente [...].(IAMAMOTO, 2000 p,76)

Redescobrir alternativas que faz frente às questões sociais é o principal desafio do educador social, pois atuar com crianças que são consideradas de risco social não é tarefa fácil, mas o educador social tem como responsabilidade transpor um desafio e mostrar para a sociedade todas essas barreiras, superar seus desafios e propor projetos que contemplem de fato as necessidades apresentadas pela sociedade. Inicialmente identificamos na esfera pessoal um desafio que implica em ele se colocar na posição de eterno aprendiz. A formação do profissional da educação, hoje em dia, tem que ser contínua. Além de buscar atualização e/ou especialização em sua área, seja em cursos livres e de educação não formal o educador também deve ser capaz de desenvolver um plano de desenvolvimento pessoal onde ele próprio será o gestor do seu processo de aprendizagem, buscando em profundidade o conhecimento desejado e a essência da vocação para está atuando nesse cenário de risco social.

Um dos desdobramentos de desafios que o educador social tem enfrentado é nas salas de atividades na qual a criança muitas vezes sofre por falta de compreensão e raciocínio lógico devido grande parte vivenciarem em seus lares a desunião de suas famílias ou presenciarem a violência constante do local onde moram afetando assim o desenvolvimento da criança e do adolescente.

É preciso que o educador social use do seu discernimento e experiência profissional para lidar com situações do tipo de desafio que permeiam o cotidiano dessas crianças, sendo por meio de diálogos e orientações para que os educandos possam ter em mente a ideia de um dia poder sair da situação

negativa em que se encontra e se tornar um cidadão merecedor de seus direitos.

### **3 PESQUISA DE CAMPO: EDUCADOR SOCIAL**

De modo geral, durante a realização deste estudo com experiências vividas por meio de visita e observação na qual tiramos fotos para identificar o campo profissional e a relevância do serviço que é ministrado pelo educador social, inserimos um questionário com perguntas pessoais e referentes à área exercida, contendo os desafios, conquistas esforços, metas a cumprir que percorram seu cotidiano como educador. Utilizamos o uso da entrevista por meio de diálogos e relatos de experiências que educador presenciou em seu campo de trabalho. A pesquisa foi feita no projeto social no período de agosto de 2015, com quatro educadores sociais que atuam na área em tempo estimado de dois a seis anos nesta instituição filantrópica.

Foi realizado um questionário para nortear as principais questões desta pesquisa, pois, Gil afirma que: “possibilita a atingir grande número de pessoas mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio” (GIL, 1999, p. 129), O questionário tem um poder imenso de alcançar várias pessoas, pois ele é muito prático. Por isso, fizemos uso dele em nossa pesquisa com o intuito de recolher informações mais precisas para execução deste trabalho.

A entrevista nos serviu para facilitar o entendimento do campo de visão dos educadores sociais como objetivo de obter informação referente a sua profissão e os desafios e privilégios de saber que a profissão do educador social tem sim contribuído para regatar por meio de orientações das vidas de crianças e adolescentes que estão em situação de risco social e que a cada dia tem alcançado seus objetivos, uma vez que Gil (1999), disserta que: “a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social” (p. 118).

#### **3.1 CARACTERIZAÇÕES DA ÁREA DE ESTUDO**

Foi realizada no projeto social “Cidadão”, situado no bairro de Novo Horizonte, no Município de Serra, Estado do Espírito Santo.

O projeto está localizado em uma área de periferia no Município, é realizado em um espaço pequeno, onde tem uma quadra de esporte coberta, três banheiros, cinco salas de apoio, uma sala do coordenador geral que é a pessoa responsável pelo funcionamento do projeto, uma sala de reunião, uma sala de informática e uma de cabeleireiro onde são administrados os cursos para as crianças e adolescentes. Uma sala de almoxarifado, uma despensa, uma cozinha e um auditório que é o local onde acontecem as reuniões gerais.

O projeto tem vínculo com a Igreja Católica e é mantida por doações. O bairro é considerado populoso e tem alto índice de violência. Os profissionais participam de cursos de capacitação para melhor desempenhar suas atividades. Os educadores participam de atividades sociais, tais como projetos de dança, artes marciais, jogos esportivos, etc. para ampliar suas práticas educacionais.

As crianças, que no projeto são chamadas de “usuários” (de acordo com o entendimento da instituição, “Projeto Social Cidadão”), não se referem a uso de alguma substância ilícita ou algo de gênero, mas, sim, porque ele é usuário do projeto, ou seja, ele frequenta ativamente do projeto participando de todas as atividades que lhes são propostas. Para organização de idades são divididos em 4 grupos: o primeiro com idade de 6 ao 8 anos, segundo com idade de 9 ao 11 anos, terceiro com idade de 12 aos 14 anos e o quarto com idade 15 aos 17 anos.

Em sala, cada grupo participa com cerca de vinte e cinco crianças, totalizando 200 “usuários”, que são atendidos 100 no turno do vespertino e 100 do matutino. As crianças que foram observadas no projeto social foram dos dois turnos.

Participaram desta pesquisa crianças com idades variadas que vivem em situação de risco social. Como já foi dito, essas crianças vivem em uma comunidade carente e ficavam a mercê da mesma. Ressaltamos que muitas delas tinham contato direto com pessoas que são consideradas de má índole, mas com a existência deste projeto, essas crianças tiveram a oportunidade de

serem tiradas das ruas, pois suas famílias são muito carentes e várias delas são desestruturadas.

### **3.2 METODOLOGIA**

Esta pesquisa foi elaborada com base em referências como: Oliveira, Gadotti, Paulo Freire, Ariès, entre outros. Apresenta cunho bibliográfico e cunho qualitativo, porque pesquisamos sobre este assunto com intuito de colaborar parcialmente com a sociedade, uma vez que é preciso entender como as mudanças sociais impactaram a sociedade, contribuindo para um novo formato de família.

Gil retrata que: “[...] o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimento científico” (1999, p. 42). Portanto, nossa pesquisa visa compreender qual e a contribuição do educador social para a sociedade. Assim, depois de coletados os dados fizemos uma análise qualitativa de educadores como suas formações, o método de ensino, o tempo de atuação e número de usuários por educadores sociais. A entrevista foi feita por meio de técnica transcrita uma análise qualitativa que apresentava dados pessoais como: os nomes dos educadores sociais, sua formação e dificuldades em sua área. Na parte seguinte, havia algumas perguntas relacionadas à forma pela qual os educadores sociais aplicavam sua metodologia através de atividades. E perguntas relacionadas à educação, como é desenvolvida na instituição por meio de ensino.

Inicialmente, para realizar a coleta, utilizamos o método qualitativo, demos ênfase a observação do trabalho dos educadores sociais, de como era distribuído cada atividade e suas contribuições. As crianças foram apenas observadas através do comportamento, como era sua disciplina, se havia alguma existência em executar alguma tarefa proposta pelo educador social ou se eles aceitavam bem as instruções dos mesmos. Outro ponto observado foi se eles eram frequentes no projeto ou se tinham muitas faltas, mas foi comprovado que eles quase não faltavam e que tinham o prazer de participar dele, principalmente nos dias em que tinham as atividades de esportes.

### **3.3 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS**

A coleta dos dados foi realizada nas dependências do projeto Cidadão, nos meses de agosto de 2015 a outubro de 2015.

Por meio de entrevista foi possível recolher dados que contribuíram de forma significativa para elaboração desta pesquisa, ela foi uma ponte entre a nossa pesquisa e os pesquisados. Com este questionário foi possível indagar questões que foram fundamentais para essa pesquisa.

Foi elaborado um questionário, onde foram feitas algumas perguntas importantes para os educadores sociais. Perguntas essas que enriqueceram a nossa pesquisa em questão. Foram feitas também, de forma informal, algumas perguntas para os usuários do projeto, onde queríamos saber como era a convivência deles como a família dos usuários e porque eles estavam participando do projeto Cidadão.

Por se tratar de uma investigação no campo da conduta humana, as fontes de informação são os próprios seres humanos, razão pela qual deve ser salva guarda da intimidade de cada pessoa. Assim como cuidar da preservação da saúde mental, física psicológica e moral dos pesquisados, uma vez que o respeito deve ser o pilar essencial deste estudo.

### **3.4 RESULTADOS OBTIDOS**

Foram realizadas análises qualitativas nas quais foram criadas categorias relacionadas ao grupo de educadores sociais. Foi elaborada uma tabela para especificar os dados.

**Tabela 1:** categorias de análise descritiva relativo aos educadores sociais

- 1- Desafios na sala de atividade
- 2- Contribuição de mediação e conteúdos
- 3- Participação da família com o projeto social
- 4- Forma de trabalhar os métodos

| Entrevistados<br><br>Categoria | Desafios na sala de atividade  | Contribuição de mediação e conteúdos                | Participação da família com o projeto social       | Forma de trabalhar os métodos                               |
|--------------------------------|--|---|--|---|
| <b>Educadora Grupo 1</b>       | <b>A</b> Compreensão de raciocínio lógico devido a violência familiar. | Através de dança, músicas e brincadeiras.           | Em cursos e palestras acontecem dentro do projeto. | De forma coletiva, em grupos.                               |
| <b>Educadora Grupo 2</b>       | <b>B</b> Falta de recursos meio doações.                               | Relatórios mensais.                                 | Às vezes em reuniões.                              | Dinamismo   |
| <b>Educadora Grupo 3</b>       | <b>C</b> Falta presença família maioria das vezes.                     | Dinâmicas em roda na conversas.                     | Diálogos com os educadores às vezes.               | Conversas e dúvidas em alguns momentos individuais.         |
| <b>Educador Grupo 4</b>        | <b>D</b> Na aprendizagem da criança.                                   | Auxílio nas dificuldades de se expressar oralmente. | Dificuldade de comprometimento com presença.       | Usuário com dificuldade é trabalhado com visitas domiciliar |

Obs: educadores sociais (as letras A, B, C e D) correspondem à ordem em que os educadores foram entrevistados. O grupo 1, 2, 3 e 4 correspondem ao ciclo que eles orientam.

### **3.5 ANÁLISES DOS DADOS**

As realizações das análises dos dados foram criadas partir das entrevistas e questionários transformando, assim, nas categorias acima elaboradas, onde as analisamos para podermos fazer as descrições que segue a baixo.

#### **3.5.1 Descrição das respostas**

Observando a tabela, percebemos que os quatro educadores sociais ao relatar suas experiências e desafios foram realistas com as opiniões propostas na pesquisa. As respostas se ligam uma na outra mostrando as dificuldades que permeiam o seu campo profissional, que muitas vezes, para trabalhar com as crianças e adolescentes é preciso métodos diferenciados. Relata à educadora B, que para trabalhar com ênfase, é preciso utilizar a forma e métodos de contribuição e mediação por meio de dinâmicas e rodas de conversas para que o indivíduo possa se expressar por meio de diálogos e relatos de experiências que já viveram. As educadoras sociais A e C ressaltam que os desafios na sala de atividade em alguns momentos são indesejáveis pelo fato da compreensão e dificuldade de raciocínio lógico devido à violência familiar e também falta da presença da família que, na maioria das vezes, dificultam o desenvolvimento e por ser a base da criança. Devido essa ausência elas passam por momentos de mudanças que não contribui na melhora, e acaba desmoronado sua infância e realidade. Reforçando sobre a análise do educador D, os usuários com o grau maior de dificuldades é trabalhado através de visitas domiciliares que proporcionam ao educador social uma visão ampla do que está ocorrendo na vida do indivíduo.

#### **3.5.2 Desafios nas salas de atividades**

Assim como na grande maioria das entrevistas, a família está envolvida com a ausência que atrapalha a vida de qualquer criança e adolescente é justamente nessa fase que eles precisam ser ouvidos e corrigidos. Tendo também algumas vezes a falta de doações que o projeto social recebe, dificultando o uso de materiais e recursos para executar o trabalho.

#### **3.5.3 Contribuição de mediação e conteúdos**

Os quatro educadores deixam bem claro que uma das formas para contribuir com mediação os conteúdos, é por meio da dança, músicas e brincadeiras,

relatórios mensais, dinâmicas em roda de conversas e auxílio nas dificuldades de se expressar oralmente.

#### **3.5.4 Participação da família com o projeto social**

O projeto social proporciona aos usuários e a comunidade de Novo Horizonte cursos profissionalizantes e palestras nas quais os pais dos educandos participam. Quando acontecem essas reuniões a participação é mínima tendo como eixo a falta de comprometimento com a presença.

#### **3.5.5 Forma de trabalhar os métodos**

Para os educadores sociais a melhor forma para se trabalhar com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social é de forma coletiva, em grupos com dinamismo, conversas para tirar dúvidas, e alguns momentos individuais com alguns usuários que têm dificuldades de se expressarem em público e possuem problemas de comportamentos inadequados, o que são realizadas visitas domiciliares.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade nos últimos anos tem enfrentado muitos problemas sociais, e o educador social nasceu mediante a esses problemas. Como a sociedade precisava de um profissional que pudesse trabalhar com essas crianças tirando-as das ruas, com apoio das igrejas católicas e suas contribuições surgem então os projetos sociais que visam acolher essas crianças e adolescentes das ruas. Esses projetos têm sido muito importante para a sociedade em geral, pois neles as crianças e os adolescentes estão sendo resgatados da maldade e da violência dos homens.

Com todos os problemas mencionados, o Brasil vive uma crise social muito ampla, pois não se tratava apenas de sanar o problema familiar, os problemas dos brasileiros que vivem em risco social estavam muito além da desestrutura familiar, era um problema de ordem social, e com todos esses problemas as famílias já não eram mais o porto seguro de seus filhos. A crise econômica atingiu diretamente a classe menos favorecida, e isso contribuiu para a ruptura das famílias, levando muitas delas ao fracasso.

Essa situação piorou quando as mulheres tiveram que deixar suas casas, uma vez que várias delas já tinham sido abandonadas por seus maridos, e assim são forçadas a entrar para o mercado de trabalho deixando seus filhos aos cuidados de outras pessoas, os colocando em situação de risco social.

Neste sentido, as políticas sociais apresentam-se como estratégias governamentais de integração da força de trabalho na relação de trabalho assalariado, destinadas a atender problemáticas particulares e específicas apresentadas pela questão social (produto e condição da ordem burguesa), contribuindo para uma subordinação dos trabalhadores ao sistema vigente e reproduzindo as desigualdades sociais decorrentes das diferentes participações no processo de produção (PIANA, 2009, p.37).

Dentre essas políticas que foram criadas, criam-se os projetos sociais que têm como prioridade trabalhar com crianças em vulnerabilidade social, e com a elaboração deste projeto, surge também o educador social, porque a escola não tinha como exercer esse papel, foi preciso criar esses projetos com o propósito de tirar as crianças que viviam na rua, e esses educadores sociais passam a ser personagem importante na vida dos educandos.

Diante das observações e entrevistas realizadas, foi possível detectar que o trabalho do educador tem a cada dia contribuído para o resgate de vida das crianças e adolescentes em situação de risco social. Com essa rica experiências vivida por meio das visitas tivemos a oportunidade de acompanhar de perto o esforço que o educador promove perante o cenário de risco social o qual atua, dedicando sua determinação de está ali acompanhado de perto a vida de cada usuário e as suas dificuldades entre a sociedade e a família que grande parte das vezes, não é presente no desenvolvimento dessas crianças, aumentando seu grau de carência.

O educador social está sempre apto para dar informação de acordo com as necessidades dos educando e também recebê-la, pois com os relatos das crianças, o educador social absorve novos conteúdos que são relevantes para o preparo de sua profissão.

No decorrer desta pesquisa de campo, observamos como o trabalho do educador social é importante para os usuários do projeto social, que os têm como exemplo de vida, portanto, o trabalho do educador social é de extrema importância para a sociedade. O compromisso dos educadores sociais é fundamental para a realização do seu trabalho, e vimos que ele é uma pessoa comprometida com o seu trabalho, pois a sua atitude influencia diretamente no comportamento das crianças e dos adolescentes.

Concluimos então que sem a presença deste profissional no mercado de trabalho, talvez muitas de nossas crianças não teriam nenhuma chance na vida, pois grande parte delas são de famílias desestruturadas e os projetos sociais junto com os educadores sociais, possibilitam uma entrada para porta de escape onde encontram apoios e orientações, para suprirem um pouco da dificuldade que vivenciam lá fora e no cotidiano.

As informações que eles recebem no projeto são de conselhos prévios sobre cidadania, diversidade cultural, educação, entre outros. É feito todo preparo para que os usuários se mantenham em sociedade, ajudando em sua formação e conhecimento, auxiliando em sua transformação como futuros cidadãos para terem a chance de se tornarem protagonistas de suas próprias histórias.

## 5. REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 2º ed, editora Moderna, São Paulo, 1999.
- ARIÉS. Philippe. **A história social da criança e da Família**. 2º ed, editora LTC, Rio de Janeiro, 2006.
- BADINTER. Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Editora Nova Fronteira S/A. Rio de Janeiro, 1985.
- GADOTTI. Moacir. **Boniteza de um sonho**: Ensinar-e-aprender com sentido. Editora Feevale. Rio Grande do Sul, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Historias das ideias pedagógicas**. 8º ed. Editora Ática. São Paulo, 2003.
- \_\_\_\_\_. **A Escola e o Professor**. 1ª ed. Editora Publisher Brasil. São Paulo, 2007.
- GATTAI, Silvia. BERNARDES, Marco Aurélio. Papel e responsabilidades da universidade no processo socioeducativo presente em movimentos de economia solidária. Rev. Adm. Mackenzie vol.14 nº 6. São Paulo Nov./Dec. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-69712013000600004&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712013000600004&lang=pt). Acessado em 15 de novembro de 2015, às 17hs e 40mim.
- GOHN. Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. Vol.14 no.50 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362006000100003&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100003&lang=pt). Acessado em 13 de novembro de 2015.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação Profissional**. 3. Ed. Editora Cortez: São Paulo, 2000.
- KLIKSBERG, Bernardo. **América Latina: uma região de risco**. Pobreza, desigualdade e institucionalidade social. Volume 1 Edição Eletrônica: Fernando Brandão. Brasília: 2002.
- MARTINS. Eliana Bolorino Canteiro. Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania. Editora Unesp. São Paulo, 2012.

NASCIMENTO. Ivany Pinto. Projeto de vida de adolescentes do ensino médio: um estudo psicossocial sobre suas representações. Imaginário v.12 n.12 São Paulo jun. 2006. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-666X2006000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100004&lng=pt&nrm=iso). Acessado em 30 de outubro de 2015, as 14hs e 20 mim.

NETO, João Clemente de Souza. **O compromisso ético do educador social**. Rev. Lusófona de Educação nº 22. Lisboa 2012. Disponível em: [http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-72502012000300004&lang=pt](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502012000300004&lang=pt). Acessado em: 03 de novembro de 2015, as 13hs e 20 mim.

OLIVEIRA. Maria Lúcia de. **(IM) Pertinências da Educação-** O trabalho educativo e pesquisa. Editora Cultura acadêmica. São Paulo, 2009.

OLIVEIRA. Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar família, filhos e desafios**. Editora Cultura Acadêmica. São Paulo, 2009

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. **Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas**. Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p.135-158, jan.-mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/hcsm/v14n1/07.pdf>. Acessado em 8 de novembro de 2015, as 18hs e 5 mim.

PIANA. Maria Cristina. **A Construção do Perfil do Assistente Social no Cenário Educacional**. Editora Cultura acadêmica. São Paulo, 2009.

RAMOS, Maria Beatriz Jacques. FARIA, Eliane Turk. **Aprender e ensinar: diferentes olhares e práticas**. Editora universitária da PUCRS Porto alegre, 2011.

MARCÍLIO, Maria Thereza Oliva. AMORA, Gustavo. **Primeira infância em primeiro lugar**. Salvador, 2011.

RIBEIRO, Herval Pina. **A violência oculta do trabalho: as lesões por esforços repetitivos**. Editora Fio cruz Rio de Janeiro, 1999.

VILLA, Aurélio. **Pedagogia e educação social**. edomán. volumen 1. Madrid: 2005

**Faculdade de Ensino Doctum**

**Curso: pedagogia**

**Semestre: 2015/ 8**

**Disciplina: TCC**

### **Questionário**

Este questionário foi construído para colher dados para o trabalho de conclusão de curso das alunas Aleide Laura Souza da Rocha, Gerlane dos Santos Amaral e Larissa Lacerda Ferraz, com o intuito de obter informações à relevância da profissão do educador social e sua contribuição por meio do seu desempenho como profissional, cujos os participantes são os educadores sociais do “Projeto Social Cidadão”. As respostas serão utilizadas no processo de análise de dados do referido trabalho, sem identificação real dos sujeitos pesquisados. Desde já agradecemos a participação!

- 1 Qual é a sua formação? Há quanto tempo você trabalha com crianças que são consideradas de risco social?
- 2 Qual é a metodologia que você usa para realizar o trabalho?
- 3 Quais os desafios de trabalhar com essas crianças?
- 4 Como é a participação da família no projeto social?
- 5 Como o seu trabalho influencia no cotidiano das crianças e adolescentes?
- 6 Como você faz para superar os obstáculos encontrados no decorrer do seu trabalho?
- 7 O que é ser educador social para você?
- 8 Baseado no seu trabalho social, descreva os pontos positivos e negativos no decorrer de seu trabalho?
- 9 Os temas sociais trabalhados por você com as crianças influenciam no comportamento delas?

**PROJETO DE LEI Nº DE 2009 5346/09(DO DEPUTADO FEDERAL CHICO LOPES)**

Dispõe sobre a criação da profissão de educador E educadora social e dá outras providências. O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica criada a profissão de Educador e Educadora Social, nos termos desta Lei. Parágrafo único: A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Art. 2º - Ficam estabelecidos como campo de atuação dos educadores e educadoras sociais, os contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares e que envolvem:

I – as pessoas e comunidades em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica;

II – a preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais;

III – os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;

IV – a realização de atividades sócias educativas, em regime fechado, semi-liberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos inflacionais;

V – a realização de programas e projetos educativos destinados a população carcerária; VI - as pessoas portadoras de necessidades especiais;

VII - o enfrentamento à dependência de drogas;

VIII – as atividades sócias educativas para terceira idade;

IX - a promoção da educação ambiental; X – a promoção da cidadania;

XI - a promoção da arte-educação;

XII – a difusão das manifestações folclóricas e populares da cultura brasileira;

XIII – os centros e/ou conselhos tutelares, pastorais, comunitários e de direitos;

XIV – as entidades recreativas, de esporte e lazer.

Art. 3º - O Ministério da Educação – MEC fica sendo o órgão responsável pela elaboração e regulamentação da Política Nacional de Formação em Educação Social, dos profissionais que trata esta Lei, em diferentes níveis de escolarização e na manutenção de programas de educação continuada. Parágrafo único - Fica estabelecido o Ensino Médio como o nível de escolarização mínima para o exercício desta profissão.

Art. 4º - Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – adequar para a denominação “educador ou educadora social” os cargos ocupados por profissionais com o campo de atuação em contextos educativos que se enquadram no que trata o artigos 2º e 3º desta Lei;

II – Criar e prover os cargos públicos de educadores e educadoras sociais, podendo estabelecer níveis diferenciados de admissão destes profissionais de acordo com a escolaridade;

III - elaborar os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração desta profissão.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições contrárias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/661788.pdf>